

# TBS CELULAR PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ 03.588.222/0001-65

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Quotistas, atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da "TBS Celular Participações Ltda.", submete à apreciação dos Senhores as Demonstrações Financeiras da Empresa, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS					DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO E DO RESULTADO ABRANGENTE				
Em 31 de dezembro de 2010 e 1 de janeiro de 2009					Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009				
(em milhares de reais)					(em milhares de reais)				
ATIVO	Nota	31.12.10	31.12.09	01.01.09	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO CIRCULANTE	Nota	31.12.10	31.12.09	01.01.09
<b>CIRCULANTE</b>					Fornecedores e contas a pagar		61	10	14
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.532	5.147	12.396	Impostos, taxas e contribuições	8	3.121	1.164	8.585
Juros sobre o capital próprio e dividendos	5	19.694	28.236	6.522	Juros sobre o capital próprio e dividendos	9	6.800	18.554	129
Tributos a recuperar	6	4.545	4.392	3.130	Obrigações com partes relacionadas	14	3	14.012	14.344
Créditos com partes relacionadas	14	-	13.152	27.623	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>9.985</b>	<b>33.740</b>	<b>23.072</b>
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>28.771</b>	<b>50.927</b>	<b>49.671</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					Capital social	10	387.810	409.924	585.198
Tributos a recuperar	6	4.069	2.406	-	Reservas de lucro	10	9.197	5.092	7.360
Investimentos	7	443.992	409.089	388.385	Dividendos complementares				
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>448.061</b>	<b>411.495</b>	<b>388.385</b>	propostos	10	69.840	35.855	-
<b>Total do ativo</b>		<b>476.832</b>	<b>462.422</b>	<b>438.056</b>	Prejuízos acumulados	10	-	(22.189)	(177.574)
					<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>466.847</b>	<b>428.682</b>	<b>414.984</b>
					<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>476.832</b>	<b>462.422</b>	<b>438.056</b>

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009						
(em milhares de reais)						
	Reserva de Lucro	Capital Social	Reserva Legal	Dividendos Complementares Propostos	Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2009</b>		585.198	7.360	-	(177.574)	414.984
Redução de capital e realização de reservas para absorção e prejuízos acumulados - AGE 22.06.09		(161.274)	(7.360)	-	168.634	-
Redução de capital por excesso - AGE 22.06.09		(14.000)	-	-	-	(14.000)
Juros sobre o capital próprio e dividendos prescritos em investida		-	-	-	501	501
Incentivos fiscais em investida		-	-	-	400	400
Efeito de outros resultados abrangentes em investida		-	-	-	(275)	(275)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	46.246	46.246
Proposta para a destinação do lucro líquido do exercício:						
Reserva Legal		-	5.092	-	(5.092)	-
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	(4.991)	(4.991)
Dividendos		-	-	-	(14.183)	(14.183)
Dividendos complementares propostos		-	-	35.855	(35.855)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2009</b>		409.924	5.092	35.855	(22.189)	428.682
Dividendos complementares de 2009		-	-	(35.855)	-	(35.855)
Efeito de ajuste de DIPJ de 2009 em investida		-	-	-	75	75
Efeito de outros resultados abrangentes em investida		-	-	-	(163)	(163)
Redução de capital para absorção de prejuízos acumulados - AGE 30.12.10		(22.114)	-	-	22.114	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	82.108	82.108
Proposta para destinação do lucro líquido do exercício:						
Reserva legal		-	4.105	-	(4.105)	-
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	(8.000)	(8.000)
Dividendos complementares propostos		-	-	69.840	(69.840)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>		387.810	9.197	69.840	-	466.847

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

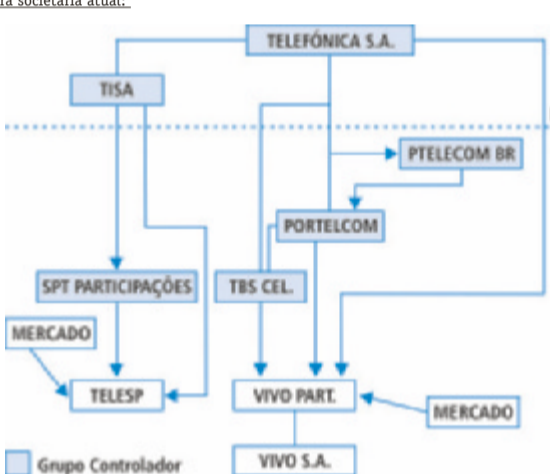
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009		
(em milhares de reais)		
	2010	2009
<b>FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES</b>		
Lucro líquido do exercício	82.108	46.246
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com os recursos provenientes de atividades operacionais		
Equivalência patrimonial	(82.922)	(38.253)
Ganho com participação acionária	-	(4.223)
Reversão de impostos, taxas e contribuições	-	(3.023)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Tributos a recuperar	(372)	507
Créditos com partes relacionadas	13.152	14.471
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores e contas a pagar	51	(14.301)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	(2.112)
Impostos, taxas e contribuições	757	(6.526)
Obrigações com partes relacionadas	(9)	(35)
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>12.765</b>	<b>(7.249)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Recebimento de juros sobre o capital próprio e dividendos	55.029	-
<b>Caixa gerado pelas atividades de investimentos</b>	<b>55.029</b>	<b>-</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Pagamentos aos controladores por redução de capital	(14.000)	-
Pagamentos de juros sobre o capital próprio e dividendos	(54.409)	-
<b>Caixa aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(68.409)</b>	<b>-</b>
<b>REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA SAÍDA E EQUIVALENTES DE CAIXA:</b>	<b>(615)</b>	<b>(7.249)</b>
CAIXA INICIAL	5.147	12.396
Saldo final	4.532	5.147
	(615)	(7.249)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**  
**a. Controle e participações acionárias**  
 A TBS Celular Participações Ltda. ("TBS" ou "Empresa") é uma empresa por quotas de responsabilidade limitada e tem sua sede à Avenida Roque Petroni Júnior, nº 1464, na cidade de São Paulo, capital do Estado de São Paulo no Brasil. A TBS pertence ao Grupo Telefônica, líder no setor de telecomunicações na Espanha e presente em vários países da Europa e América Latina.  
 A Empresa tem como objeto a participação acionária em outras sociedades e possui participação acionária de 4,37% na Vivo Participações S.A. em 31 de dezembro de 2010 e 2009, excluindo as ações em tesouraria.  
 Em 31 de dezembro de 2010, a Empresa tinha como controladoras a Telefônica S.A. e a Portelcom Participações S.A., detentoras de 73,27% e 23,00% do capital total, respectivamente (nota 1.b). Em 31 de dezembro de 2009, a Empresa tinha como controladoras a Brasilcel N.V. e a Portelcom Participações S.A., detentoras de 73,27% e 23,00% do capital total, respectivamente.  
**b. Eventos societários ocorridos e/ou divulgados em 2010**  
**Incorporação da Brasilcel N.V. pela Telefônica S.A.**  
 Em 21 de dezembro de 2010, a Brasilcel N.V. (antiga controladora das holdings brasileiras Portelcom Participações S.A., Ptelecom Brasil S.A., TBS Celular Participações Ltda e da Vivo Participações S.A.), foi incorporada pela Telefônica S.A., com a consequente extinção da Brasilcel N.V. Os documentos que atestam a referida operação societária foram recepcionados para registro no Brasil em 26 de janeiro de 2011. A partir dessa data, a Telefônica S.A. passou a ser a titular das ações das holdings brasileiras que eram detidas pela Brasilcel N.V., salientando-se que a referida operação não alterou a composição do controle final das companhias envolvidas.  
**Proposta de Reestruturação Societária - Incorporação de Ações da Vivo Participações S.A. e Telecomunicações de São Paulo S.A.**  
 As administrações da Vivo Participações S.A. ("Vivo Participações") e da Telecomunicações de São Paulo S.A. - Telesp ("Telesp") (conjuntamente referidas como "companhias"), na forma e para os fins das Instruções CVM nº 319/99 e 358/02, informaram que, em 27 de dezembro de 2010, foi aprovada pelos seus respectivos Conselhos de Administração, uma proposta de reestruturação societária concernente à incorporação de ações da Vivo Participações pela Telesp, visando à unificação da base acionária das companhias ("Reestruturação Societária").  
 O organograma simplificado reproduzido a seguir, demonstra a estrutura societária atual e a estrutura após a implementação da Reestruturação Societária:  
**Estrutura societária atual:**



A Telesp incorporará ao seu patrimônio a totalidade das ações da Vivo Participações, atribuindo-se diretamente aos titulares das ações da Vivo Participações que forem incorporadas, as novas ações que lhes couberem na incorporadora Telesp.  
 Em cumprimento ao disposto na Lei nº 6.404/76, conforme alterada, e na Instrução CVM nº 319/99, bem como nos estatutos sociais das companhias, serão contratados assessores financeiros e empresas especializadas para a elaboração de estudos complementares relativos à operação e a posterior elaboração dos laudos de avaliação das companhias, os quais servirão como parâmetro para o estabelecimento das relações de substituição e do aumento de capital decorrente da incorporação de ações e, ainda, para fins do disposto no artigo 264 da Lei nº 6.404/76.  
 Uma vez finalizadas as avaliações e análises necessárias, e efetuadas as recomendações dos Comitês Especiais aos Conselhos de Administração da Vivo Participações e da Telesp para as respectivas deliberações, serão divulgados, por meio de fato relevante, a relação de substituição e os demais termos e condições que vierem a ser propostos pelos Conselhos de Administração das companhias envolvidas na Reestruturação Societária. As propostas dos Conselhos de Administração estarão sujeitas à aprovação dos acionistas em assembleias gerais a serem realizadas para esse fim, de acordo com os termos da Lei nº 6.404/76 e observado o disposto na Instrução CVM nº 319/99 e no Parecer de Orientação CVM nº 35/08, além das aprovações regulamentares necessárias. Estima-se que a Reestruturação Societária seja realizada ao longo do primeiro semestre de 2011.  
 Os acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais da Telesp e de ações ordinárias da Vivo Participações que dissintirem da incorporação de ações da Vivo Participações pela Telesp terão, a partir da data da publicação das atas das assembleias que aprovarem a Reestruturação Societária, o direito de retirar-se das companhias, mediante o reembolso das ações de que comprovadamente eram titulares em 27 de dezembro de 2010. O valor de reembolso dos acionistas que dissintirem da operação será divulgado oportunamente, juntamente com as demais condições da operação.  
 Como passo preparatório para a Reestruturação Societária, a Vivo Participações incorporará as holdings brasileiras (TBS Celular Participações Ltda., Portelcom Participações S.A. e Ptelecom Brasil S.A.), que atualmente detêm como principal ativo as ações da Vivo Participações. A incorporação das holdings brasileiras não acarretará alteração do número e da composição por espécie das ações da Vivo Participações, não sendo afetadas as participações atuais dos acionistas da Vivo Participações.  
**Estrutura societária após incorporação de ações:**



### 2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**2.1 - Base de Preparação e Apresentação**  
 As demonstrações financeiras da Empresa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma).  
 As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pelas Leis nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e nº 11.941, de 27 de maio de 2009, também levando-se em consideração as normas aplicáveis às concessionárias de serviços públicos de telecomunicações.  
 As alterações nas práticas contábeis decorrentes da aplicação das Leis nº 11.638 e nº 11.941, foram mensuradas e registradas pela Empresa com base nos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").  
 Em reunião de diretoria, realizada em 9 de março de 2011, a Administração da Empresa autorizou a conclusão da elaboração e divulgação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.  
**2.2 - Resumo das Práticas Contábeis**  
**a) Caixa e equivalentes de caixa**  
 Os equivalentes de caixa são outros fins, com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias nas datas das contratações e com risco insignificante de mudança de seu valor (nota 4).  
**b) Investimentos**  
 O investimento em empresa investida está avaliado pelo método de equivalência patrimonial (nota 7).  
**c) Impostos, taxas e contribuições**  
 As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.  
 O ajuste sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados com a tributação sobre o lucro compreendido o imposto de renda e a contribuição social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente sendo: 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$240 anuais para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Portanto, as adições ao lucro contábil de despesa, temporariamente não dedutível, ou exclusões de receita, temporariamente não tributável, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.  
 Os créditos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirão bases tributáveis positivas que possam ser utilizadas. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram mensurados a partir dos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, aplicando-se as alíquotas vigentes dos citados tributos e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. Todavia, em 31 de dezembro de 2010 e 2009, o crédito tributário diferido potencial não está reconhecido nas demonstrações financeiras (nota 13), devido à falta de expectativa de realização.  
**d) Juros sobre o capital próprio e dividendos**  
**d.1) Juros sobre o capital próprio**  
 Pela legislação brasileira é permitido às sociedades pagar juros sobre o capital próprio, os quais são similares ao pagamento de dividendos, porém são dedutíveis para fins de apuração dos tributos sobre a renda.

A Administração propôs pagar os juros para seus acionistas, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 (nota 10), e para fins de atendimento à legislação tributária brasileira, provisionou o montante devido em contrapartida à conta de despesa financeira no resultado do exercício. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras atuais, a Empresa reverteu a referida despesa em contrapartida a um débito direto no patrimônio líquido, resultando no mesmo tratamento contábil dos dividendos. A distribuição dos juros sobre o capital próprio aos acionistas está sujeita a retenção de imposto de renda à alíquota de 15%.  
**d.2) Dividendos**  
 Os dividendos aprovados conforme disposto no contrato social estão demonstrados no balanço patrimonial de 2010 como obrigações legais (provisões no passivo circulante), e os dividendos ainda não aprovados como reserva de dividendos em linha especial na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os dividendos relativos ao exercício de 2009 não aprovados no próprio exercício foram reconhecidos como ajuste para adoção inicial dos CPCs na demonstração das mutações do patrimônio líquido e foram revertidos da conta de dividendos a pagar, no balanço patrimonial de 31 de dezembro 2009, onde estavam originalmente apresentados, de acordo com as regras anteriores.  
**e) Instrumentos financeiros**  
 Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Empresa se torna parte das disposições contratuais dos mesmos. No momento do reconhecimento inicial os ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes; e os passivos financeiros são classificados como passivo financeiro a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, outros passivos financeiros ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes.  
 Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.  
**g) Instrumentos financeiros e premissas contábeis significativas**  
 A preparação das demonstrações financeiras da Empresa requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Caso haja uma mudança significativa nos fatos e circunstâncias sobre os quais estão baseadas as estimativas e premissas realizadas, poderá ocorrer um impacto material sobre os resultados e a situação financeira da Empresa.  
**h) Receitas e despesas financeiras**  
 Representam juros correntes de aplicações financeiras e de outros ativos monetários, os quais são reconhecidos segundo o regime de competência.  
**i) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras**  
 A Empresa é localizada e opera integralmente no Brasil.  
 A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Empresa é o Real.  
**j) Demonstrações dos fluxos de caixa**  
 Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e se seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.  
 Um passivo é reconhecido no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.  
**k) Balanços patrimoniais e premissas contábeis significativas**  
 A preparação das demonstrações financeiras da Empresa requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Caso haja uma mudança significativa nos fatos e circunstâncias sobre os quais estão baseadas as estimativas e premissas realizadas, poderá ocorrer um impacto material sobre os resultados e a situação financeira da Empresa.  
**l) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras**  
 A Empresa é localizada e opera integralmente no Brasil.  
 A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Empresa é o Real.  
**m) Demonstrações dos fluxos de caixa**  
 Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e se seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.  
 Um passivo é reconhecido no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.  
**n) Balanços patrimoniais e premissas contábeis significativas**  
 A preparação das demonstrações financeiras da Empresa requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Caso haja uma mudança significativa nos fatos e circunstâncias sobre os quais estão baseadas as estimativas e premissas realizadas, poderá ocorrer um impacto material sobre os resultados e a situação financeira da Empresa.

**3. ADOÇÃO INICIAL DOS CPCs 15 A 43**  
**3.1 Fundamentos da adoção inicial dos CPCs 15 a 43**  
 Em todos os exercícios anteriores, incluindo o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Empresa preparou suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) e alterações. As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas de acordo com todos os CPCs emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e vigentes em 31 de dezembro de 2010. Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o CPC 37 e CPC 43, conforme descrito na nota 2.  
 Para estas demonstrações financeiras, a data de transição considerada foi 1º de janeiro de 2009. Esta nota explica os principais ajustes efetuados pela Empresa na adoção de todos os CPCs emitidos até 31 de dezembro de 2010.  
 Na preparação das demonstrações financeiras da data de transição de acordo com o CPC 37, a Empresa analisou as exceções obrigatórias e certas exceções opcionais de aplicação retrospectiva completa dos CPCs e concluiu a adoção das exceções de aplicação retrospectiva previstas no CPC 37 não são aplicáveis à Empresa.  
**3.2 Reconciliações entre as práticas contábeis brasileiras vigentes até 31 de dezembro de 2009 e CPCs**  
 A seguir, demonstramos as principais diferenças entre as práticas contábeis atuais e as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009 que afetaram as demonstrações financeiras da Empresa.  
**a) Dividendos complementares propostos:** Pela legislação societária brasileira vigente em 31 de dezembro de 2009, as companhias podiam efetuar o reconhecimento dos dividendos propostos e ainda não aprovados na data de encerramento do exercício com base na proposta para a destinação do lucro líquido do exercício. Para atender o disposto nos CPC 24/ICPC 8, o reconhecimento dos dividendos complementares passou a ser efetuado no momento de sua aprovação por órgãos competentes. Desta forma, a Empresa reverteu os valores dos dividendos complementares que haviam sido registrados em 31 de dezembro de 2009 e ainda não aprovados em Reunião de Quotistas naquela data e mantiveram tais valores destacados no patrimônio líquido em conta de reserva de dividendos. Os referidos dividendos complementares a pagar, relativos ao exercício de 2009, foram aprovados para pagamento por Reunião de Quotistas realizada em 31 de março de 2010. Neste momento foi revertida a reserva de dividendos e constituído o passivo.  
**b) Equivalência Patrimonial:** Refere-se aos efeitos de equivalência patrimonial, decorrentes dos ajustes de adoção dos CPCs na investida.  
**c) Reversão de ganhos com participação acionária:** Refere-se aos efeitos da reversão dos ganhos com participação acionária decorrentes do aumento de capital ocorrido na Vivo Participações pelo processo de incorporação de ações da Telemig Celular S.A. e da Telemig Celular Participações S.A. De acordo com os CPCs 35 e 36, as transações de aquisição de ações de acionistas não controladores, passaram a ser tratadas como transações patrimoniais, com todos os efeitos registrados no patrimônio líquido, quando não houver alteração no controle acionário. Consequentemente, tais transações deixaram de gerar ágio ou resultados.  
**d) Efeitos do prêmio pago na aquisição de acionistas não controladores:** Refere-se aos efeitos da reversão dos ganhos com participação acionária decorrentes do aumento de capital ocorrido na Vivo Participações pelo processo de incorporação de ações da Telemig Celular S.A. e da Telemig Celular Participações S.A. De acordo com os CPCs 35 e 36, as transações de aquisição de ações de acionistas não controladores, passaram a ser tratadas como transações patrimoniais, com todos os efeitos registrados no patrimônio líquido, quando não houver alteração no controle acionário. Consequentemente, tais transações deixaram de gerar ágio ou resultados.  
**e) Reclassificações no balanço patrimonial e na demonstração de resultados:** Em decorrência da adoção inicial dos CPCs, descritos anteriormente, a Empresa efetuou algumas reclassificações no balanço patrimonial e na demonstração de resultados, conforme descritas a seguir:  
 • **Balanco Patrimonial - Tributos a recuperar e passivo de impostos, taxas e contribuições:** foram reclassificados valores entre o ativo circulante, ativo não circulante e passivo de impostos, taxas e contribuições e os valores de tributos pagos/retidos antecipadamente; e  
 • **Demonstração de resultados - Juros sobre o capital próprio e reversão:** para efeito de divulgação da demonstração de resultados, os juros sobre o capital próprio e sua reversão não estão sendo apresentados. Os ajustes provenientes da adoção inicial dos CPCs não geraram impactos significativos na classificação entre as atividades operacionais, de investimento e de financiamento na demonstração de fluxo de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2009.  
 Para facilitar o entendimento e identificação dos montantes envolvidos em cada ajuste ou reclassificação, apresentamos a seguir os quadros com os respectivos detalhes em 1º de janeiro e em 31 de dezembro de 2009.  
**Balanços Patrimoniais**

	Em 31 de dezembro de 2009	Em 1 de janeiro de 2009
<b>ATIVO</b>		
<b>Juros sobre o capital próprio e dividendos</b>		
Tributos a recuperar	(26.793)	(12.652)
Reclassificação entre ativos e passivos	-	(2.315)
- Tributos antecipados	3.2e)	(2.315)
<b>Investimentos</b>		
Ajuste da equivalência patrimonial sobre aplicação dos CPCs em investida	3.2b)	(8.790)
Ajuste do efeito do prêmio pago na aquisição de acionistas não controladores pela investida	3.2d)	(55.119)
Ajuste de dividendos complementares propostos	3.2a)	26.793
	<b>Em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>Em 1 de janeiro de 2009</b>
<b>PASSIVO</b>		
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		
Reclassificação entre ativos e passivos - Tributos antecipados	3.2e)	(3.491)
<b>Juros sobre o capital próprio e dividendos</b>		
Ajuste de dividendos complementares propostos	3.2a)	(35.855)
<b>Patrimônio líquido</b>		
Ajuste da equivalência patrimonial sobre aplicação dos CPCs em investida	3.2b)	(8.790)
Ajuste do efeito do prêmio pago na aquisição de acionistas não controladores pela investida	3.2d)	(55.119)
Ajuste de dividendos complementares propostos	3.2a)	26.793

	Em 31 de dezembro de 2009	Em 1 de janeiro de 2009
<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO</b>		
<b>Outras receitas operacionais, líquidas</b>		
Ajuste do efeito do prêmio pago na aquisição de acionistas não controladores pela investida	3.2d)	(55.119)
Ajuste - ganho com investimentos em investida	3.2c)	662
<b>Equivalência patrimonial</b>		
Ajuste - equivalência patrimonial na adoção dos CPCs em investida	3.2b)	(1.138)
<b>Prejuízo gerado na aplicação dos CPCs</b>		
	<b>(55.595)</b>	<b>(55.595)</b>

A seguir, apresentamos os quadros com os valores correspondentes aos impactos gerados: (i) nos balanços patrimonia

# TBS CELULAR PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ 03.588.222/0001-65

## 6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Contribuição social e imposto de renda antecipados	4.069	2.406	-
Imposto de renda retido na fonte	644	1.985	843
PIS e COFINS	1.786	1.786	1.786
Outros	2.115	621	501
<b>Total</b>	<b>8.614</b>	<b>6.798</b>	<b>3.130</b>
Circulante	4.545	4.392	3.130
Não circulante	4.069	2.406	-

## 7. INVESTIMENTOS

### a) Quantidade de ações e participação societária

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 a Empresa detinha 4,37% do capital total da Vivo Participações, excluídas as ações em tesouraria. Esta participação era representada por 17.496.087 ações, sendo 17.204.638 ações ordinárias e 291.449 ações preferenciais.

### b) Informações da investida

	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Patrimônio líquido	10.140.252	9.343.140	8.345.487
Lucro líquido	1.893.833	850.741	N/A

### c) Movimentação

A movimentação dos investimentos da Empresa, era como segue:

	31.12.10	31.12.09	01.01.09
<b>Saldo em 01.01.09</b>			<b>388.385</b>
Equivalência patrimonial no lucro líquido da investida			38.253
Juros sobre o capital próprio e dividendos destinados pela investida			(22.398)
Juros sobre o capital próprio e dividendos prescritos e incentivos fiscais na investida			901
Efeitos de outros resultados abrangentes na investida			(275)
Ganho com participação acionária (a)			4.223
<b>Saldo em 31.12.09</b>			<b>409.089</b>
Equivalência patrimonial no lucro líquido da investida			82.922
Incentivos fiscais na investida			75
Juros sobre o capital próprio e dividendos destinados pela investida			(47.931)
Efeitos de outros resultados abrangentes na investida			(163)
<b>Saldo em 31.12.10</b>			<b>443.992</b>

(a) Os ganhos com participação acionária decorrem de aumento de capital ocorrido na investida através de reserva especial de ágio. A Empresa não efetuou aporte de capital no evento citado, apenas reconheceu os efeitos proporcionais à sua participação acionária na investida. Os ganhos com participação acionária estão demonstrados na linha de "Outras receitas operacionais, líquidas" na Demonstração de Resultados.

## 8. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Imposto de renda e contribuição social	1.396	-	502
PIS e COFINS	903	342	4.665
CIDE	-	-	1.707
ISS	822	822	1.711
<b>Total no passivo circulante</b>	<b>3.121</b>	<b>1.164</b>	<b>8.585</b>

## 9. JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO E DIVIDENDOS A PAGAR

A seguir, demonstramos os saldos a pagar de juros sobre o capital próprio e dividendos:

	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Brasilcel N.V.	-	13.500	-
Portelcom Participações S.A.	1.564	4.232	-
Telefônica S.A.	4.983	-	-
Outros acionistas	253	822	129
<b>Total</b>	<b>6.800</b>	<b>18.554</b>	<b>129</b>

A seguir, demonstramos as movimentações dos saldos a pagar de juros sobre o capital próprio e dividendos:

	31.12.10	31.12.09	01.01.09
<b>Saldo em 01.01.09</b>			<b>129</b>
Juros sobre o capital próprio e dividendos de 2009			18.425
<b>Saldo em 31.12.09</b>			<b>18.554</b>
Dividendos complementares propostos de 2009			35.855
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos			(54.409)
Juros sobre o capital próprio de 2010			6.800
<b>Saldo em 31.12.10</b>			<b>6.800</b>

## 10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital Social

Em reunião de quotistas, realizada em 30 de abril de 2009, foi aprovada a redução do capital social da Empresa, nos termos do inciso I, do artigo 1.082 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para absorção de prejuízo, conforme balanço patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2008. O montante da redução foi de R\$161.274, com o cancelamento de 520.239.291 quotas do valor de R\$ 0,31 (trinta e um centavos) cada uma, passando o capital social de R\$585.198 para R\$423.924.

Na mesma data, foi aprovada a redução de capital da Empresa, nos termos do inciso II, do artigo 1.082 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, no montante de R\$14.000, por julgá-lo excessivo em relação ao seu objeto social. Em decorrência da redução do capital houve a restituição do valor aos acionistas, proporcionalmente à participação de cada um no capital social da Empresa. Desta forma, o capital social passou de R\$423.924 para R\$409.924, com o cancelamento de 45.161.291 quotas do valor de R\$ 0,31 (trinta e um centavos de real) cada.

Em reunião de quotistas, realizada em 30 de dezembro de 2010, foi aprovada a redução do capital social da Empresa, nos termos do inciso I, do artigo 1.082 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para absorção de prejuízo. O montante da redução foi de R\$22.114, com o cancelamento de 71.336.351 quotas do valor de R\$0,31 (trinta e um centavos) cada, passando o capital social de R\$409.924 para R\$387.810.

O capital social em 31 de dezembro de 2010 e 2009 era composto por quotas com valor unitário de R\$0,31, como segue:

**Roberto Oliveira de Lima**  
Diretor

**Paulo Cesar Pereira Teixeira**  
Diretor

**Giuliano Augusto de Melo**  
Contador - CRC-1MG 074.244/0-0 S/SP

## Composição dos quotistas

	Quantidade de quotas	
	31.12.10	31.12.09
Brasilcel N.V.	-	968.888.929
Telefônica S.A.	916.620.048	-
Portelcom Participações S.A.	287.728.278	304.135.551
Companhia de Telecomunicaciones de Chile S.A.	32.655.619	34.517.757
Telefônica S.A.	13.995.266	14.793.325
<b>Total</b>	<b>1.250.999.211</b>	<b>1.322.335.562</b>

## b) Reserva de Lucro

### b.1) Reserva Legal

A reserva legal é formada pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício, observado o limite de 20% do capital social realizado ou 30% do capital social acrescido das reservas de capital. A partir de então, as destinações a essa reserva não são mais obrigatórias.

Em reunião de quotistas, realizada em 30 de abril de 2009, foi aprovada a utilização do saldo da reserva legal no montante de R\$7.360, para a absorção dos prejuízos acumulados constantes no balanço patrimonial em 1 de janeiro de 2009.

O saldo desta reserva em 31 de dezembro de 2010 era de R\$9.197 (R\$5.092 em 31 de dezembro de 2009).

### c) Prejuízos Acumulados

Em 31 de dezembro de 2009, a Empresa apresentava um saldo de R\$22.189 de prejuízos acumulados, em decorrência dos efeitos da adoção dos CPCs, o qual foi absorvido por redução de capital realizada em 30 de dezembro de 2009 (nota 10a).

### d) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Conforme a cláusula 11 do Contrato Social, por deliberação dos quotistas representando a maioria do capital social e, observadas as disposições legais, a Empresa poderá pagar, ou creditar juros aos quotistas, a título de remuneração do capital próprio, nos termos do parágrafo 7º, do artigo 9º da Lei 9.249/95, e demais legislações pertinentes.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, os dividendos propostos foram calculados da seguinte forma:

	31.12.10	31.12.09
<b>Lucro líquido do exercício (*)</b>	<b>82.108</b>	<b>101.841</b>
Apropriação à reserva legal	(4.105)	(5.092)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>78.003</b>	<b>96.749</b>
Juros sobre o capital próprio propostos (bruto)	8.000	4.991
Imposto de renda retido na fonte	(1.200)	(749)
<b>Juros sobre o capital próprio propostos (líquidos)</b>	<b>6.800</b>	<b>4.242</b>
Dividendos aprovados	-	14.183
Dividendos complementares propostos	69.840	35.855
<b>Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos</b>	<b>76.640</b>	<b>54.280</b>
Número de quotas	1.250.999.211	1.322.335.562

### 1) Distribuição dos juros sobre o capital próprio

Juros sobre o capital próprio bruto proposto por quota (R\$)	0,06394924	0,00377438
Juros sobre o capital próprio líquido proposto por quota (R\$)	0,00543565	0,00320796

### 2) Distribuição dos dividendos por quota (R\$)

	0,061262919	0,03784064
--	-------------	------------

(\*) O lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentado no quadro anterior, refere-se ao resultado antes da aplicação dos ajustes de CPCs, o qual foi utilizado para os cálculos de todas as destinações do resultado de 2009.

## 11. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	2010	2009
Impostos, taxas e contribuições	(12)	-
Ganho com participação societária (nota 7)	-	4.223
Despesas recuperadas e outras receitas	129	3.023
<b>Total</b>	<b>117</b>	<b>7.246</b>

## 12. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS, LÍQUIDAS

	2010	2009
Receitas de operações financeiras	766	1.564
PIS e COFINS (a)	(891)	(422)
Despesas com operações financeiras	(254)	(238)
<b>Total</b>	<b>(379)</b>	<b>904</b>

(a) Refere-se ao PIS e a COFINS incidentes sobre os juros sobre o capital próprio recebidos da investida.

## 13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Empresa provisiona mensalmente as parcelas para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, obedecendo ao regime de competência, efetuando recolhimento dos tributos com base na estimativa mensal.

A seguir é apresentada uma reconciliação da despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais combinadas a uma taxa de 34%:

	2010	2009
Lucro antes dos tributos	82.349	45.856
Débito tributário pela alíquota oficial combinada (34%)	(27.999)	(15.591)

### Exclusões (adições) permanentes:

Equivalência patrimonial, líquida dos efeitos tributários dos juros sobre o capital próprio	24.918	11.456
Crédito fiscal decorrente dos juros sobre o capital próprio destinados	2.720	1.697
Outras exclusões	24	1.826
Prejuízo fiscal e diferenças temporárias não reconhecidas	96	1.002
<b>Crédito (débito) tributário</b>	<b>(241)</b>	<b>390</b>

A Empresa não contabilizou o potencial crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos relativamente a prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias no montante de R\$23.838 e R\$23.951 em 31 de dezembro de 2010 e 2009, respectivamente, tendo em vista as incertezas, nesse momento, quanto à capacidade de a Empresa gerar resultados tributáveis futuros que assegurem a realização desses tributos diferidos.

## 14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais transações com partes relacionadas estão descritas a seguir:

a) Prestação de serviços de assistência técnica prestados pela Empresa, calculada com base em um percentual fixo sobre a receita de serviços da regional do Rio Grande do Sul da Vivo S.A., conforme previsto nos contratos. Adicionalmente, a Empresa repassa à Telefônica Espanha S.A. uma parte deste valor também a título de assistência técnica. Os contratos foram encerrados em 4 de agosto de 2008. Em 14 de outubro de 2009, a Empresa recebeu da Vivo S.A. parte dos valores do contrato de assistência técnica e, nessa mesma data, a Empresa liquidou a totalidade de seu passivo de assistência técnica com a Telefônica Espanha S.A.

b) Valores a repassar aos quotistas devido à redução de capital por excesso.

c) Prestação de serviços corporativos repassados pelo custo efetivamente incorrido nesses serviços.

	31.12.10	31.12.09
--	----------	----------

**Ativo:**  
Créditos com partes relacionadas  
Vivo S.A. (a)

- 13.152

### Passivo:

Obrigações com partes relacionadas

Brasilcel N.V. (b) - 10.258

Portelcom Participações S.A. (b) - 3.219

Companhia de Telecomunicaciones de Chile S.A. (b) - 366

Telefônica S.A. (b) - 157

Telecomunicações de São Paulo - Telesp S.A. (c) 3 12

**Total** **3** **14.012**

### Resultado:

**2010** **2009**

### Despesas:

#### Despesas gerais e administrativas

Telecomunicações de São Paulo - Telesp S.A. (c) (24) (38)

## 15. CONTINGÊNCIAS

A Empresa está envolvida em ações tributárias no âmbito federal, na esfera administrativa, as quais aguardam julgamento, perfazendo o montante de R\$5.772 em 31 de dezembro de 2010 (R\$5.342 em 31 de dezembro de 2009), que versam sobre manifestações de inconformidade decorrentes da não homologação de pedidos de compensações e pedidos de restituição de CSSL, IRPJ, IRRF, PIS e COFINS, formulados pela Empresa.

Com base na opinião dos seus consultores jurídicos, a Administração acredita que a resolução da questão relacionada acima, cuja expectativa de perda é possível, não produzirá efeito material adverso sobre sua condição financeira.

## 16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da Empresa são apresentados em atendimento ao CPC 38.

A Empresa efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

### Valor justo

A seguir, apresentamos os valores contábeis e justos dos ativos e passivos financeiros:

	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Caixa e equivalentes de caixa			
Valor contábil	4.532	5.147	12.396
Valor justo	4.532	5.147	12.396
Fornecedores e contas a pagar			
Valor contábil	61	10	14
Valor justo	61	10	14

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os montantes de caixa e equivalentes de caixa e fornecedores e contas a pagar se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

a) Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Empresa  
O principal risco de mercado que a Empresa está exposta na condução de suas atividades refere-se ao risco de liquidez, que consiste na eventualidade da Empresa não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de diferentes prazos de realização / liquidação de seus direitos e obrigações. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Empresa é efetuado diariamente pela área de gestão da Empresa, de modo a garantir que a geração de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para o cumprimento de seus compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Empresa.

### b) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Empresa é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Empresa e maximizar o valor aos acionistas.

A Empresa administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Empresa pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

## 17. EVENTOS SUBSEQUENTES

Oferta Pública de Ações (OPA) - Incorporação de ações da investida Vivo Participações pela SP Telecomunicações Participações Ltda.

Em 11 de fevereiro de 2011, a CVM concedeu o registro à OPA, sob nº CVM/SER/OPA/ALI/2011/002. O Edital completo da OPA foi publicado no dia 16 de fevereiro de 2011 no jornal Valor Econômico, com todas as informações necessárias sobre a referida oferta pública de ações.

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e quotistas da  
TBS Celular Participações Ltda.

Examinamos as demonstrações financeiras da TBS Celular Participações Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas

requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TBS Celular Participações Ltda. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 09 de março de 2011

**ERNST & YOUNG TERCO**

Ernst & Young Terco